

## Intervenção no Plenário de Setembro de 2008.

### Saúde e Política

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhora e Senhores Membros do Governo,

No fim de legislatura, e, por semelhança, no fim de um ciclo na vida de uma pessoa, neste complexo, próximo e ao mesmo tempo distante, conjunto de significados, fazer uma intervenção de tribuna reza a tradição que a dirigamos num certo sentido.

E como refere Mauro Ceruti, no livro “O Vínculo e a Possibilidade”, “[...] Não se adere a uma tradição, produz-se essa tradição. [...]”, irei, por isso, discorrer, enquanto agente do combate político ao longo de 12 anos, sobre o valor por mim reconhecido em relação às reflexões e à acção política em geral, e à Saúde, em particular, enquanto factor de desenvolvimento das pessoas e por consequência de um país e/ ou uma dada Região.

A realidade, embora muitas vezes não expressa, é que a política não tem cabimento nos tempos da eternidade. A sua acção concretiza-se no tempo das

coisas terrenas, e cíclicos são os seus aspectos mais expressivos e o seu efeito na vida de todos nós, cidadãs e cidadãos a ela sujeitos.

Não podemos ignorar este estado das coisas pois não diz respeito às mutações por ordem de interesses diversos. O tempo, não o controla o homem, e, menos ainda, o tempo político.

Cabe, no entanto, ao homem político distinguir a não perenidade, do que ab initio é passagem, a sua, e a do próprio agir. Distinguir o limite e a abrangência do seu papel e, na acção, compreender o fenómeno das necessidades, prementes e não prementes, ou seja, aquelas que se podem dilatar no tempo dos homens por secundárias às suas necessidades primárias é um dever ético e um compromisso sem reservas quando se deseja ser consequente no agir.

E neste sentido as políticas constroem-se, planeiam-se e executam-se, num tempo de chegada e partida dos políticos, enquanto que as necessidades das pessoas, nomeadamente as primordiais, mantêm-se perenes sem passagem a secundárias. Deste facto não se pode inferir como sendo menos importantes, mas, tão-somente, como sendo de naturezas diferentes. É neste contexto que homens e mulheres, na sua natureza e na sua circunstância, reclamam por políticas a empreender por aqueles que foram mandatados para o efeito, e que têm o dever de compreender e de atender a esta demanda por eles clamada.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo

Foi sob este manto de construção e de interpretação do devir político que a 22 de Novembro de 1996 subi pela primeira vez a esta tribuna e expressei “[...] a honra que me é dada sentir por fazer parte desta Assembleia, Instituição primeira do Sistema Autónómico Açoriano, cujo papel procurarei desempenhar de uma forma idónea e responsável, de acordo com o que é suposto ser-se quando somos mandatados, para o efeito, através do voto popular”; palavras seguidas de conceitos, princípios e valores que suportariam, do ponto de vista ideológico, a minha acção, nomeadamente a relacionada com o sector da Saúde, aquele que tinha traçado o meu caminho na direcção do exercício político, enquanto deputada.

Acreditei na voz que levantaria, não por ser a minha, mas sim por através dela veicular um agir político em prol do desenvolvimento de um bem individual e colectivo, cuja organização passa por um serviço público universal, geral, e tendencialmente gratuito, de acordo com o corpo legislativo em vigor, no país e nos Açores, desde 1976.

Acreditei na possibilidade de ser e estar em consonância com as vontades de servir, em olhar sempre mais longe do que a distância que nos separa da pedra que nos faz tropeçar e pensar duas vezes sobre o caminho escolhido e a escolher; acreditei na possibilidade de lutar por um serviço público de saúde

que para além de acudir o sujeito quando esse se encontra mais fragilizado, é um factor de desenvolvimento da própria sociedade.

Acreditei e trabalhei de acordo com as minhas crenças que no sector para o qual eu estava vocacionada, a Saúde, eram os mesmos valores e princípios do Partido Socialista – à época era uma deputada não filiada –, do governo então formado e dos que vieram a seguir.

Acreditei, trabalhei e felizmente nunca me senti perdida, sem rumo ou deveras desapontada. Insatisfeita, inquieta, sim, quantas vezes! Quem não deseja mais e melhor! Em política ser-se pequenino é ser-se inoperante, tal como ser-se demagógico ou senhor de pura retórica é um estorvo vestido de pavão. O bom senso que deve nortear a maioria das decisões da nossa vida pessoal também deve fazer parte da política. Entre rasgos de audácia e inovação o império do bom senso sustenta qualquer actividade.

Acreditei na política porque acreditei na voz do povo como o guia que nos mostra o caminho a percorrer; trabalhei, estudei e fui fiel aos meus princípios e aos dos que em mim acreditavam. Isto, dito assim, pode soar a alguma soberba, mas, Senhoras e Senhores Deputados, o pretérito, e, neste caso o perfeito, permite ao mesmo tempo uma leitura factual e uma leitura da dimensão introspectiva do acontecido. E, é esta, a dimensão subjectiva, que me permite afirmar que em momento algum me senti descorçoada em relação aos princípios fundamentais que para mim deviam nortear a acção política. Dizê-lo é importante porque contradiz certo ruído que se movimenta em diversos e diferentes meios da nossa sociedade.

Quando subi a esta tribuna pela primeira vez, fi-lo também na crença da possibilidade do aprimoramento da acção, das ideias, do debate e do contraditório. E se algumas vezes isso não sucedeu não foi devido à impureza ou menor nobreza das matérias trazidas a debate, mas pelo não envolvimento dos que ouviam e discerniam sobre o significado do dito e do não dito, sob a alçada da comunicação da coisa política.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhora e Senhores Membros do Governo,

Retiro-me por *motu proprio*, já que foi por mim decidido e anunciado antes dos contextos das esferas de escolhas, por entender que o tempo pessoal e a experiência pessoal, que só podem e devem ser avaliados pelo próprio, além de nos apontar os caminhos percorridos e, concerteza o muito que ainda poderia haver a percorrer, também nos mostra a importância do conceito de passagem, de se dar lugar a outros; a importância de não nos esgotarmos na capacidade de nos reinventar, de inovar e bem servir no cumprimento da nossa missão, sem deixar de ter em conta o significado e o âmbito do exercício de um serviço público e a consequente generosidade que o exercício político contempla, tanto no partir, como no ficar, quando é o caso disso.

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhora e Senhores Membros do Governo,

Servir o povo Açoriano no desempenho de funções e cargos políticos mais do que uma honra foi uma oportunidade de passar a compreender melhor as pessoas e o mundo que nos rodeia, que nos molda. Compreender mais aprofundadamente e transversalmente as suas necessidades é fundamental para melhor propor medidas políticas, mas também para nos compreendermos no seio da nossa comunidade e nos transformarmos em melhores cidadãos.

Esta realidade é válida para todos os sectores, e deve conjugar-se com o conhecimento e as políticas preconizadas por instâncias internacionais que se debruçam de uma forma mais global sobre diferentes matérias, entre as quais a Saúde.

Hoje todos os países se preocupam e investem em Saúde, desde os que ainda necessitam de umas simples vacinas para poupar a vida a milhões de crianças; aos que ignorando leis injustas do ponto de vista ético, ultrapassam questões de direitos de fabrico de medicamentos para os produzir a menores custos e assim poder acudir a milhares de doentes, como no caso da Sida; aos que fazendo parte de uma Europa Social, mais desenvolvida, com serviços públicos de saúde, procuram de uma forma permanente e consistente novos meios de alcance da melhor eficiência e eficácia na gestão e controlo das suas organizações e sistemas de saúde; aos que tendo um serviço de saúde baseado nos seguros privados, com uma enorme faixa de cidadãos excluídos do

sistema e o conseqüente factor de manutenção ou agravamentos de situações de pobreza.

Enfim, poderia dar muitos mais exemplos da importância dos Serviços Públicos de Saúde e nomeadamente dos Sistemas de Saúde referida em diversos relatórios de organizações internacionais, mas para não ser fastidiosa, lembrarei somente a mais recente reunião, realizada a 27 de Junho passado, em Tallinn, na Estónia, promovida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), onde foi assinada a Carta Europeia dos Sistemas de Saúde, designada por “Carta de Tallinn: Sistemas de Saúde para a Saúde e Prosperidade”

Estiveram presentes 53 Estados-membros da OMS-Europa, ministros da Saúde, peritos, observadores, organizações internacionais e civis e comunicação social.

A Carta salienta o impacto fundamental dos Sistemas de Saúde no nível de saúde das populações e no desenvolvimento económico, na coesão social, na competitividade e na produtividade das nações.

O número um dos 15 pontos que a constitui anuncia que o objectivo é comprometer os Estados-membros da Região Europeia da OMS a melhorar a saúde das pessoas através do fortalecimento dos sistemas de saúde, reconhecendo a diversidade social, cultural e económico da Região. Reafirma e adopta os valores contidos em cartas, convenções e declarações anteriores.

O nosso país esteve presente e subscreveu-a.

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhora e Senhores Membros do Governo,

Servir os Açores e os açorianos, foi um dever e uma honra, já o referi. De certeza continuarei a fazê-lo em esferas de influência de cidadã interessada nas coisas da polis.

E deste modo, termino esta intervenção, a de encerramento deste ciclo da minha vida de pessoa nascida em Portugal continental, emigrada e criada no Brasil, filha intelectual e profissional de Coimbra, marcada politicamente pela Crise Académica de 1969 e do 25 de Abril de 1974, crescida e amadurecida profissionalmente nos Açores, designadamente no Hospital de Ponta Delgada, e mulher política, pela mão do Partido Socialista, na Região Autónoma dos Açores, terra de adopção, por livre escolha. Termino com as mesmas palavras

com que finalizei a minha primeira intervenção efectuada nesta mesma tribuna: “Para mim médica nada e criada à volta do 25 de Abril de 1974, participante activa do estado nascente da descentralização e generalização dos cuidados de saúde a todos os cidadãos do nosso país, e que se vieram posteriormente a organizar em Serviço Nacional de Saúde e Serviço Regional de Saúde, pertenço, ainda aqueles que acreditam e persistem na tarefa de procurar novos caminhos para a Saúde, mesmo quando o cepticismo das dificuldades económicas/financeiras nos torna anémicos e cisma em nos tornar falhos de inspiração e forças.

Nesta tarefa, de certeza não estou só, quanto mais não seja porque a partilha da angústia de nos vermos, ou de nos virmos a sentir doentes, a todos, mais dia, menos dia, chega por igual.”

Disse!

Sala das Sessões, 10 de Setembro de 2008

A Deputada Regional: Fernanda Mendes